

Título: **Educação profissional e tecnológica na CONAE 2014**

Autor(es) Anthone Mateus Magalhães Afonso; Wania Regina Coutinho Gonzalez*

E-mail para contato: waniagonzalez@gmail.com

IES: UNESA / Rio de Janeiro

Palavra(s) Chave(s): CONAE 2014; PNE; educação profissional e tecnológica; educação e trabalho; políticas públicas

RESUMO

A educação no Brasil apresenta, historicamente, diferentes modelos de formação. Alternam-se ênfases e correntes teóricas, influenciando e, em alguns casos, determinando o delineamento de políticas públicas voltadas para a educação. Nesse contexto, a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) é influenciada por diferentes concepções de formação, dentre elas a que defende uma formação voltada para atender aos anseios dos arranjos produtivos, ao modelo de desenvolvimento econômico, implicando em uma formação tecnicista com foco no mercado de trabalho; e a que delinea uma formação profissional humanista, unitária ou na perspectiva da politecnia, com foco na formação integral do trabalhador. Essas contradições se apresentam em toda a história da EPT no Brasil e sua defesa, adesão e/ou comprometimento, definição através de políticas públicas ou de governo, estão em constante mutação. Em 2008, durante a realização da Conferência Nacional de Educação Básica, o Ministério da Educação (MEC) assumiu o compromisso de organização da Conferência Nacional de Educação (CONAE). A CONAE é um espaço de deliberação e participação coletiva, envolvendo diferentes seguimentos, setores e profissionais interessados na construção de políticas públicas de Estado. É precedida por conferências preparatórias e livres, municipais e/ou intermunicipais, do Distrito Federal e estaduais de educação. Essas conferências prévias discutem um Documento-Referência elaborado pelo Fórum Nacional de Educação (FNE) – criado pela Portaria no. 1.407/10 e alterado pela Portaria no. 502/12 do MEC. As propostas resultantes das conferências prévias são sintetizadas em emendas e apresentadas por unidade da Federação. Essas emendas compõem os relatórios dos fóruns estaduais de educação no Sistema de Relatoria do FNE e são objeto de análise da Comissão Especial de Monitoramento e Sistematização. Após essa análise, as emendas são conferidas e aprovadas (ou não), pelos membros do FNE, compondo o Documento-Base da CONAE. Esse Documento-Base é objeto de discussão durante a CONAE e o resultado dessa discussão dá origem ao Documento-Final. A primeira CONAE foi realizada no período de 28 de março a 1º de abril de 2010 e teve grande influência na elaboração do projeto de lei no. 8.035/2010 que trata do Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2011-2020 e ainda encontra-se em tramitação no Congresso e Senado Nacional. Com a eminência da realização da CONAE 2014, o Documento-Referência desse novo encontro traz a discussão sobre as responsabilidades, corresponsabilidades, atribuições concorrentes, complementares e colaborativas entre os entes federados (União, estados, DF e municípios) para o cumprimento das metas estabelecidas no PNE 2011-2020. Verifica-se uma tentativa de “organizar” o “Sistema Nacional de Educação” em um “regime de colaboração” entre os entes federados, uma vez que o PNE 2011-2020 não definiu as responsabilidades de cada ente federado para o cumprimento das metas. Nesse cenário, a partir de pesquisa documental, propõe-se uma análise do modelo de organização da CONAE e da concepção de EPT no Documento-Referência de 2014. Esse documento da CONAE 2014 é organizado em eixos centrais de discussão e verifica-se que a EPT é abordada em diversos eixos, sendo a relação entre educação e trabalho proposta com maior ênfase no Eixo III – Educação, Trabalho e Desenvolvimento Sustentável: cultura, ciência, tecnologia, saúde, meio ambiente. Defende-se a educação como uma prática social cada vez mais ampla. Apresenta uma conclusão importante no parágrafo 186, tratando da formação de profissionais críticos e autônomos, a partir de uma concepção ampla de trabalho. A partir da análise documental empreendida, foi possível observar que o PNE 2011-2020 já é utilizado como referência para o estabelecimento de políticas de governo e a CONAE 2014 tem papel fundamental na tentativa de criar certa “organicidade” entre os entes federados em busca do cumprimento das metas estabelecidas.